

## INTRODUÇÃO

O presente volume da *Portuguese Cultural Studies* tem como escopo um período temporal e geográfico abrangente marcado pelas viagens de “descoberta,” exploração, conquista, domínio e colonização portuguesa de novos territórios e povos, iniciado no século XV e que se estende até ao século XX. A nível temático procura explorar e analisar as condições culturais, económicas, sociais, religiosas e ideológicas problemáticas, conflituosas e desiguais dos encontros dos portugueses com nativos de territórios etnicamente diversos, bem como sobre as condições repressivas e opressivas em que estes viveram durante séculos sob o domínio colonial e imperial português até finalmente alcançarem a independência.

A conquista de Ceuta em 1415 é considerada como o marco temporal no desenvolvimento sistemático e persistente do esforço de exploração dos mares desconhecidos e das novas terras. Esse impulso inicial do que ficou conhecido como a época glorificada dos “Descobrimientos Portugueses,” em que navegadores percorreram toda a costa ocidental da África, contactando com as populações que iam encontrando pelo caminho, e estabelecendo feitorias e outros pontos de apoio ao comércio intercontinental, consolidou-se com a entrada no Oceano Índico, no final do século XV, com o dobrar do Cabo da Boa Esperança (Bartolomeu Dias, 1487-1488) e com a viagem de Vasco da Gama até à Índia em 1498), que permitiu um maior alargamento dos horizontes, abrindo o caminho à influência e ao domínio portugueses num vasto mundo que ia da costa de Moçambique ao Japão. No entanto, o interesse ou, se quisermos, o empenho, em acumular um saber, uma astúcia e organização na “arte de colonizar” veio mais tarde, já no século XX, e na cauda dos impérios coloniais a serem enfrentados sob risco de perda dos territórios há tanto “descobertos.” E se Luís de Camões cantou os “barões assinalados” e os seus feitos no seu poema épico quinhentista, não deixou de incluir um presságio na célebre figura do Velho do Restelo, que se afigura ainda mais acutilante na contemporaneidade, marcada pelos resquícios da sede de cobiça, de fama, glória e riquezas desses navegadores que procuravam para si mesmos e para o povo português.

O ensaio de Simão Valente remete-nos assim para o século XVI e para a célebre dramaturgia Vicentina. Neste seu texto intitulado “‘Hagamos nuevo mundo aquí’: o Negro e o Vilão em dois textos de Gil Vicente,” o autor analisa duas tragicomédias do dramaturgo quinhentista, *Frágua d’Amor* e *Templo de Apolo* com o objectivo de não apenas demonstrar “como a ocasião da aliança entre uma casa real portuguesa e uma casa real estrangeira servem de pretexto para uma representação do poder no Renascimento, no dealbar de impérios multicontinentais,” mas igualmente de analisar “o tratamento dado ao uso de línguas e falares diferentes nesse contexto da fundação (ou refundação) de sociedades multilingues e progressivamente multirraciais.” Interseccionalizando linguagem, raça e amor no contexto da celebração da aliança entre as casa de Áustria e Avis, Valente demonstra como Gil Vicente critica a “descoberta” de um novo mundo, propondo que este seja erguido no velho continente, através de um processo de reconfiguração do povo português. Essa reformulação, no entanto, e através da análise do crítico, é em Gil Vicente, um processo ou projecto incompleto e exclusivo pois não abarca a diferença linguística nem cultural projectada na personagem do negro Fernando em *Frágua d’Amor*.

Se no artigo de Simão Valente a figura do negro se encontra em território peninsular na eventual tentativa de se assimilar, tornar branco e fazer parte de uma comunidade europeia em expansão e transmutação, nos três ensaios que se seguem damos um pulo temporal e geográfico

para um projecto imperial já numa outra fase, ou seja, no início de um projecto colonial propriamente dito arquitectado pelo Estado Novo português que envolveu todo um aparato cultural de tentativa de domínio dos “corações e mentes” do(s) “outro(s).” Estes três artigos centram-se na literatura denominada de colonial, i.e., uma literatura de cariz estritamente ideológico em que dominava uma visão colonial e colonialista sobre espaços, povos e culturas principalmente, mas não exclusivamente, africanos. Rita Chaves, no seu artigo intitulado “A literatura colonial e o confisco do imaginário,” apresenta-nos uma visão panorâmica desse terreno movediço e, frequentemente esquecido, que constitui a literatura colonial. Certamente uma literatura carregada de uma matriz propagandística que, como Chaves delinea, “acaba por esvaziar a hipótese de um saber colonial,” sedimentando uma ideia de vazio que precisaria de ser preenchido pelo discurso do colonizador, configura-se, no entanto, para além dessa característica apresentando, “muita relevância na configuração das emaranhadas relações entre a metrópole e a colônia, entre a metrópole e os colonos e entre a metrópole e esses ‘outros’ que, a julgar por tantos textos, pelas terras apropriadas ‘pairavam.’” Analisando personagens, espaço, estereótipos e animalização/desumanização do ‘outro’ na literatura colonial em geral e, em particular na obra *África Selvagem* de Maria Archer, Chaves facilita a compreensão desta literatura em relação à função do que se subentende por “Literatura.” A crítica termina com uma referência a escritores que podemos denominar de anti-coloniais, pois subvertem a sintaxe de dominação, apelando para o exercício de investigar nas suas obras as formas de inteireza confiscadas pelo imaginário colonial.

Interessantemente, tanto o artigo de Nazir Can como o de Francisco Noa têm como foco porventura um dos mais estudados romances de estirpe colonial, *Zambeziãna* de Emílio de San Bruno, embora Noa o analise comparativamente com o livro *Ku Femba* de João Salva-Rey e ambos analisem o romance sob diferentes perspectivas. Assim sendo, o ensaio de Can, cujo título nos remete para a questão da situação translatória entre diferentes culturas e contextos políticos—“Literatura colonial portuguesa e a metáfora morta do mundo sem tradução. O caso de *Zambeziãna* de Emílio de San Bruno”—e, ao mesmo tempo, nos recorda da “metáfora viva” de Paul Ricoeur que desaparece dos textos literários coloniais, analisa o romance não apenas no seu contexto colonial situacional, mas as implicações que deste contexto advieram para o mundo contemporâneo. Deste modo, Can demonstra-nos através da metáfora da besta como “o contato com ‘a África,’ nesta narrativa, se realiza menos pela tensa passagem de um mundo a outro do que pela condenação das figuras locais a um atraso irreversível,” ou seja, “situado como um prolongamento da fauna africana por meio de um processo de assimilação metafórica que aniquila sua humanidade, o ‘africano,’ aqui, não adquire sequer o estatuto de personagem.” Salientando o estudo da literatura colonial como decisivo para termos uma noção mais exacta da ruptura produzida pelos escritores africanos, Can constrói um argumento aliando tradução, metáfora morta e animalização para analisar as implicações do projecto político colonial, um projecto que tal como a literatura que lhe deu voz, reduz o continente africano a um espaço de animalidade e aniquilação do outro, recusando a mediação com a alteridade que seria possível com a aproximação ao método da tradução.

Francisco Noa analisa também, como referimos, *Zambeziãna* de Emílio de San Bruno, num artigo intitulado “Ambivalência da representação feminina no imaginário colonial a partir dos romances *Zambeziãna* de Emílio de San Bruno e *Ku Femba* de João Salva-Rey.” Aqui, como o próprio título indica, Noa detém-se na representação das personagens femininas que, segundo o autor, “nos permitem discernir ... a complexidade e a profundidade da teia das relações de poder estabelecidas na sociedade colonial, no geral.” Segundo Noa, na África colonizada a mulher encontra-se sujeita a um triplo condicionalismo: o de ser mulher e o de ser objecto do patriarcalismo tanto africano como colonial. Os dois romances por si analisados evidenciam esse triplo condicionalismo a que a mulher africana se encontra sujeita, onde imperam o preconceito, os

estereótipos, as contradições e as ambivalências. Assim sendo, estas obras permitem-nos “entender não só uma mundividência determinada, mas também o que, nesse particular, vai resistindo à acção do tempo e da história.”

Já num outro tempo, mas ainda no espaço geográfico de Moçambique remetendo-nos, no entanto, para o espaço/tempo colonial do país, Ricardo Pedrosa Alves e Ana Braun apresentam-nos um artigo comparativo sobre o romance de 2010 do conceituado escritor João Paulo Borges Coelho, *O Olho de Hertzog*, e *As mulheres do Imperador* (2018) do não menos afamado escritor moçambicano, Ungulani Ba Ka Khosa. No espaço do seu artigo, Alves e Braun analisam nos dois romances a representação da cidade de Lourenço Marques, como o próprio título do seu ensaio nos indica, “Lourenço Marques em *O Olho de Hertzog* e *As mulheres do Imperador*,” para assim reflectirem sobre dois modos contemporâneos de narrar a cidade no momento em que Moçambique se consolida como colónia portuguesa no início do século XX. Num primeiro momento, os autores comparam e contrastam “os modos como as narrativas apresentam as contradições urbanas de Lourenço Marques nos primeiros anos do século XX.” Num segundo momento, analisam como as narrativas dos dois escritores constroem, ainda que de forma diferente, as dinâmicas mundiais espelhadas na capital da ex-colónia nessa rede de relações que não se limitava apenas ao local e ao nacional. Como referem Alves e Baun, “A cidade de Lourenço Marques aparece, em ambos os livros, como local de trânsito, como cidade mundial, integrante de diferentes redes de internacionalização.”

Este segundo volume da *Portuguese Cultural Studies* dedicado quase na íntegra à literatura colonial portuguesa continua a não esgotar as possibilidades de análise e compreensão de um universo de relações que impera preencher não com discursos e narrativas propagandísticos, de apropriação e desumanização, mas com um olhar outro, um olhar que seja capaz tanto de reparar os erros da história, como de vislumbrar um futuro mais humano. Afinal a função primária da literatura.

SANDRA SOUSA  
UNIVERSITY OF CENTRAL FLORIDA